



Caderno de Provas

CPG 09 – NS

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PEDAGOGO)

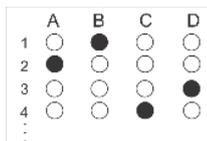
Editais Nº. 001/2023 –

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Didática e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	15 questões	30 pontos
Didática	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	25 questões	50 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 15 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP, uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia, como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, podemos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em *campi* diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN
EDITAL Nº 001/2023

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação subsidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023.[Adaptado]

01. No texto, há um predomínio do tipo

- A) explicativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- B) explicativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.
- C) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de refutação de uma tese anterior.
- D) argumentativo, em que se desenvolve um movimento de ratificação de uma tese anterior.

02. Ao concluir o texto, o autor

- A) é categórico ao considerar como improdutiva a parceria entre o público e o privado na educação.
- B) modaliza o discurso ao se referir à necessidade de parceria entre o público e o privado na educação.
- C) é categórico ao considerar todo e qualquer processo de privatização da educação com algo fadado ao insucesso.
- D) modaliza o discurso ao se referir ao caráter nocivo da privatização em países com sistema educacional deficitário.

03. Sobre a progressão do tema, é correto afirmar:

- A) no parágrafo 9 é desenvolvida ideia que se contrapõe ao que é abordado entre os parágrafos 2 e 8.
- B) o parágrafo 7 é desenvolvido por comparação e ele tão somente reforça a ideia do parágrafo anterior.
- C) do parágrafo 2 ao 8 é abordado um dos aspectos do tema; há uma mudança de foco no parágrafo 9.
- D) o parágrafo 12 sinaliza que a abordagem do tema se dá, exclusivamente, pelo viés da questão financeira.

04. Apresenta propósito comunicativo semelhante ao do texto desta prova o gênero textual

- A) editorial.
- B) notícia.
- C) artigo informativo.
- D) relatório técnico.

As questões 5 e 6 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

05. A palavra “cuja”, nesse contexto linguístico,

- A) é pronome possessivo variável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial.
- B) é pronome possessivo invariável, estabelece relação de posse e exerce a função de adjunto adverbial
- C) é pronome relativo invariável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.
- D) é pronome relativo variável, estabelece relação de posse e exerce função sintática de adjunto adnominal.

06. O uso da palavra “corolário” remete a

- A) um fato que se opõe a outro.
- B) uma situação que exclui a outra.
- C) um fato que se sobrepõe a outro.
- D) uma situação que é decorrente de outra.

07. Leia o trecho abaixo.

Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Sobre as palavras “entretanto”, “como”, “caso” e “portanto”, nesse trecho, é correto afirmar:

- A) “entretanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de comparação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- B) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de contraposição; “como” interliga orações e estabelece relação de causa; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.
- C) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de explicação; “caso” interliga orações e estabelece relação de finalidade; “portanto” interliga orações e estabelece relação de contraposição.
- D) “entretanto” interliga períodos e estabelece relação de conclusão; “como” interliga orações e estabelece relação de conformidade; “caso” interliga orações e estabelece relação de condição; “portanto” interliga orações e estabelece relação de conclusão.

08. A palavra “que” está empregada com função de conjunção em

- A) “Vale observar que esses valores estimados têm incertezas [...]”
- B) “No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes [...]”
- C) “[...] unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas [...]”
- D) “[...] algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades [...]”

09. Analise o período abaixo.

No caso de algumas unidades que oferecem cursos **a[1]** estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída **àqueles[2]** unidades que recebem os cursos.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar:

- A) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente direta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- B) Em 1 não ocorre crase, uma vez que a transitividade do verbo “oferecer” é somente indireta e o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.
- C) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido generalizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome demonstrativo.
- D) Em 1 não ocorre crase, uma vez que, apesar da regência do verbo “oferecer”, o **a** antecede um substantivo empregado em sentido individualizador; em 2, ocorre crase, uma vez que a preposição exigida pela regência do verbo funde-se com o pronome indefinido.

10. Leia o trecho abaixo.

Um dos “arqumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações [...]

As aspas foram empregadas para

- A) assinalar palavra de uso conotativo.
- B) delimitar trecho de citação textual.
- C) desqualificar uma visão corrente.
- D) sinalizar palavra de uso popular.

11. Analise o período abaixo.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado.

É correto afirmar que esse período

- A) é simples, construído em torno de um verbo irregular e na forma impessoal.
- B) é simples, construído em torno de um verbo regular e na forma impessoal.
- C) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos irregulares e pessoais.
- D) é composto por duas orações, construídas em torno de verbos regulares e pessoais.

12. Considere o trecho abaixo.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos [...]

De acordo com as orientações normativas da língua portuguesa, o uso do pronome oblíquo em vez de um pronome do caso reto, nesse trecho,

- A) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento indireto.
- B) é devido à transitividade do verbo “separar”, que exige um complemento direto.
- C) é opcional, uma vez que o pronome do caso reto, nessa posição, exerceria a mesma função sintática.
- D) é opcional, uma vez que, nesse caso, os pronomes oblíquos e retos não exercem função sintática.

13. Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade.

Nesse período, o substantivo **despesas** é substituído por

- A) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto direto, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.
- B) um pronome relativo que exerce função sintática de adjunto adverbial, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- C) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto indireto, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- D) um pronome relativo que exerce função sintática de sujeito, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.

As questões 14 e 15 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado [...]

14. Sobre a locução verbal presente nesse trecho, considerando-se as orientações normativas da língua portuguesa, é correto afirmar:

- A) o verbo auxiliar está no singular porque é um verbo impessoal.
- B) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no plural.
- C) o verbo auxiliar está no singular devido à impessoalidade do verbo principal.
- D) é opcional, nessa situação, flexionar o verbo principal ou o auxiliar no singular.

15. O verbo auxiliar da locução verbal presente nesse trecho está no modo

- A) subjuntivo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- B) imperativo, e isso é motivado pela presença da palavra “embora”.
- C) imperativo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.
- D) subjuntivo, e isso é motivado pelo verbo principal empregado.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

16. O processo de ensino e de aprendizagem é, essencialmente, um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos. Nessa perspectiva, o caráter pedagógico da prática educativa verifica-se como
- A) ação não intencional e planejada, cuja influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas, econômicas e políticas dos alunos.
 - B) ação consciente, sistematizada, cuja finalidade é promover a formação humana como campo específico do saber informal, de acordo com as condições socioeconômicas do aluno.
 - C) ação consciente, não intencional e sistematizada que atuam no processo de formação humana, por meio de objetivos estabelecidos por critérios sociais e políticos referentes ao papel da educação em um determinado sistema de relações sociais.
 - D) ação consciente, intencional e planejada por meios de objetivos e meios que são estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade.
17. A aprendizagem é um processo ativo que ocorre no sujeito, por meio de uma interação constante com o ambiente, no qual estruturas cada vez mais complexas vão sendo construídas. Nesse sentido, o processo avaliativo da aprendizagem e do desenvolvimento deve ocorrer considerando o apoio de diferentes perspectivas do conhecimento: epistemológica, histórica, filosófica, psicológica, sociológica, pedagógica. Sob o enfoque epistemológico, a avaliação deverá
- A) centrar-se no papel das relações de sala de aula e seu impacto nas práticas avaliativas.
 - B) entender o poder e a função social da avaliação e seus impactos nas práticas avaliativas.
 - C) considerar que concepções de conhecimento estão subjacentes a diferentes práticas de avaliação.
 - D) extrapolar o espaço da sala de aula, considerando os determinantes estruturais das práticas avaliativas.
18. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) atual, Art. 24, Item V, a verificação do rendimento escolar deverá observar alguns critérios, dentre os quais encontra-se a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Segundo a autora Jussara Hoffmann (1998), o termo *qualitativo* sofre, de fato, múltiplas interpretações pelos docentes, o que dificulta a compreensão do que a lei estabelece a respeito. Nesse sentido, o aspecto qualitativo se
- A) baseia no processo contínuo e cumulativo da avaliação.
 - B) refere à análise de atitudes e aos comportamentos do estudante na escola.
 - C) refere aos interesses e à observação do desenvolvimento intelectual do estudante.
 - D) baseia num processo com menos medição e menos aferição de conhecimento contextualizado.
19. De acordo com Libâneo, na escola, a aula é a forma, predominantemente, de organização do processo de ensino. Nela se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvem suas capacidades cognoscitivas. Sob essa ótica, deve-se compreender a aula como
- A) o conjunto das formas didáticas organizadas e dirigidas pelos estudantes, tendo em vista o processo de ensino e de aprendizagem.
 - B) a condução do trabalho docente tendo em vista a formação individual dos alunos, estimulado o espírito de competitividade entre eles.
 - C) a estruturação, a seleção e a organização de atividades que possibilitem desenvolver, de forma homogênea, as capacidades cognoscitivas dos estudantes.
 - D) o conjunto dos meios e as condições pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da atividade própria do aluno no processo da aprendizagem escolar.

20. A metodologia ativa caracteriza-se pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados
- A) na atividade do estudante com a intenção de propiciar a aprendizagem.
 - B) na atividade do professor, como protagonista do ensino e da aprendizagem.
 - C) nas teorias da atividade, concentrando-se na estrutura de atividades como entidades constituídas historicamente.
 - D) nas teorias da socialização, com foco na aquisição do direito à participação e construção de identidades dentro de comunidades de prática.
21. Ao planejar, o professor define um tema, determina os objetivos, os conteúdos a serem ensinados, o melhor caminho a ser utilizado (metodologia) e a avaliação para identificar se a aprendizagem, de fato, ocorreu. Nesse processo, o professor deve elaborar
- A) plano de aula.
 - B) projeto didático.
 - C) sequência didática.
 - D) programa de disciplina.
22. Na visão de Moran (2019), as metodologias ativas dão ênfase ao papel de protagonista dos aprendizes na sua relação dinâmica com todos os participantes e componentes do processo de ensino e aprendizagem, especialmente com os docentes. Esse processo é, ao mesmo tempo, ativo e
- A) flexível, complexo e participativo, sob a ótica dos discentes.
 - B) amplo, dimensional e contextual, com o aval de alunos e professores.
 - C) reflexivo, de experimentação e análise, sob a gestão dos professores.
 - D) significativo, com possibilidades de personalização, sob o direcionamento da equipe pedagógica.
23. Metodologias ativas em contextos híbridos trazem mais mobilidade, personalidade de mobilização, de compartilhamento, de *design* de experiências diferentes de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula e da escola. Assim pensada, a aprendizagem híbrida destaca
- A) a flexibilidade, a mistura e o compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
 - B) as alternativas metodológicas, a mistura e o compartilhamento de ideias, a utilização de técnicas e instrumentos midiáticos, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
 - C) a diversidade, a interação e o compartilhamento de espaços, cores, tempos e sons, atividades diversificadas, tecnologias e mídias, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
 - D) o entendimento e a compreensão bem como as estratégias mais complexas de ensino, trabalho e instrumentos tecnológicos, dando significado ao processo ativo de ensinar e aprender.
24. Este ato de planejar configura-se como processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente. Além disso, promove a articulação entre a atividade escolar e a problemática do contexto social, que tem sua concretização nas propostas pedagógicas da escola. Essa descrição refere-se ao
- A) planejamento escolar.
 - B) planejamento curricular.
 - C) planejamento de ensino.
 - D) planejamento educacional

25. A intencionalidade educativa está presente no processo de ensino e é indicadora das concepções de quem a propõe. Essa intencionalidade define o caminho a ser percorrido e os veículos pelos quais esse caminho será percorrido. Veiga (2004) considera dois conceitos básicos para o entendimento das diferentes abordagens do processo didático, *método* e *técnica*. Para a autora, método é
- A) a instância intermediária, o componente operacional de cada proposta metodológica nas situações práticas.
 - B) a técnica utilizada, considerando que as práticas pedagógicas tem a mesma intencionalidade educativa.
 - C) o elemento sistematizador do processo de ensino, que não determina o tipo de interação a ser estabelecida entre professor, alunos e conteúdos.
 - D) o elemento unificador e sistematizador do processo de ensino, que determina o tipo de interação a ser estabelecida entre professor, alunos e conteúdos, conforme a orientação que o fundamenta.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Segundo o Art. 30, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, será oferecida em
- A) creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos de idade.
 - B) creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 2 anos e 11 meses de idade, e em pré-escolas, para crianças de 3 a 4 anos de idade.
 - C) creches para crianças de até 4 anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 5 anos de idade.
 - D) creches, para crianças de até 2 anos e 11 meses de idade, e em pré-escolas, para crianças de 4 anos e onze meses de idade.
27. Considerando o caráter institucional e educacional, as creches e pré-escolas constituem-se em estabelecimentos educacionais que vinculam, no processo educativo, as concepções do
- A) brincar e do cuidar.
 - B) educar e do cuidar.
 - C) educar e do brincar.
 - D) protagonismo e da identidade.
28. Analise os itens a seguir:
- I. Elaborar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
 - II. Participar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
 - III. Zelar pela aprendizagem dos alunos.
 - IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
 - V. Ministrare os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
 - VI. Elaborar as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- As incumbências docentes descritas pelo Art. 13, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, estão relacionadas nos itens
- A) I, II, IV.
 - B) I, III, V.
 - C) II, III, VI.
 - D) III, IV, V.
29. De acordo com a LDBEN, a carga horária anual e o controle de frequência exigido na educação infantil são, **respectivamente**,
- A) 600 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos e frequência mínima de 60% do total de horas estabelecidas para a educação infantil.
 - B) 600 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos e frequência mínima de 70% do total de horas estabelecidas na instituição de educação pré-escolar.
 - C) 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos e frequência mínima de 60% do total de horas estabelecidas na instituição de educação pré-escolar.
 - D) 800 horas distribuídas por um mínimo de 200 dias letivos e frequência mínima de 75% do total de horas estabelecidas para a educação infantil.

30. Em conformidade com o Art. 31, Inciso I, da LDBEN, consubstanciado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a avaliação na educação infantil, deve acontecer
- A) de modo contínuo e sistemático, cabendo ao professor transmitir conhecimentos e medir as aprendizagens que os alunos armazenaram durante determinado período.
 - B) mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem julgamento de aprovação para o ingresso no ensino fundamental.
 - C) por meio de registros e observações dos aspectos quantitativos das aprendizagens, mediatizadas pelo professor e pelo conhecimento.
 - D) por meio do preenchimento de instrumentais e observações das habilidades, das atitudes e do comportamento da criança, com vistas ao seu ingresso no ensino fundamental.
31. A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica em busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças e deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem (atividades propostas, metodologias, agrupamentos, forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, organização dos espaços e tempos). Dessa forma, espera-se que o professor possa
- A) desenvolver um trabalho de observação não sistemática, crítica e criativa do comportamento da criança.
 - B) verificar a aprendizagem por meio de provinhas ou outras estratégias que classifiquem o nível de aprendizagem da criança.
 - C) reorganizar as atividades de modo mais adequado ao alcance dos propósitos docentes e das aprendizagens individuais trabalhadas.
 - D) pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e seu desenvolvimento.
32. A BNCC orienta que a organização curricular da educação infantil esteja estruturada em cinco campos de experiências, sobre os quais, são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Esses campos constituem um arranjo curricular que
- A) acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e dos seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.
 - B) relaciona os saberes e as aprendizagens restritas, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio escolar e cultural.
 - C) permite que a criança aprenda, por meio da observação de brincadeiras, da sistematização dos conteúdos patrimoniais e das experiências abstratas do cotidiano.
 - D) incentiva as situações e as experiências concretas e abstratas da criança e dos seus saberes, relacionando-os aos conhecimentos que fazem parte do cotidiano.
33. O arranjo curricular por campos de experiências permite a organização, a imersão e a mudança de foco do currículo da perspectiva do professor para a perspectiva do aluno. São cinco os campos de experiências propostos pela BNCC:
- A) corpo, gesto e movimentos – traços, sons, danças, cores e formas – oralidade, fala, pensamento e imaginação – espaço, tempo, quantidade, relações e transformações.
 - B) o eu, o outro e nós – corpo, gesto e movimentos – traços, sons, cores e formas – escuta, linguagem e imaginação – espaço, número, quantidade, relações e transformações.
 - C) o eu, o outro e nós – corpo, gesto e movimentos – traços, sons, cores e formas – escuta, fala, pensamento e imaginação – espaço, tempo, quantidade, relações e transformações.
 - D) o eu, o outro e nós – escuta, linguagem, oralidade, pensamento – corpo, gesto e movimentos – traços, sons, cores e formas – espaço, tempo, qualidade, relações e transformações.

34. As práticas de linguagem envolvem o conhecimento sobre as várias formas de manifestações linguísticas, desde as variações regionais aos diversos tipos de comunicação utilizados nos meios digitais. Os quatro eixos temáticos que definem as práticas de linguagem, evidenciados pela BNCC, são os eixos da
- A) alfabetização; letramento; produção de texto; e análise gramatical.
 - B) alfabetização e escrita; oralidade; escrita; e análise ortográfica/morfológica.
 - C) leitura; produção de texto; oralidade; e análise linguística/semiótica.
 - D) leitura; produção de texto; escrita; e análise e reflexão sobre a língua.
35. De acordo com a BNCC as cinco linguagens do trabalho prático que devem ser desenvolvidas na educação infantil, referem-se às linguagens
- A) coloquial, cinestésica, midiática, formal e pictórica.
 - B) informal, formal, cinestésica, midiática e gráfica.
 - C) pictórica, sonora, cinemática, midiática e formal.
 - D) pictórica, sonora, cinestésica, midiática e gráfica.
36. Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser assegurados na educação infantil. Esses direitos dão condições para que as crianças
- A) construam sua identidade pessoal, habilidades de prontidão e desenvolvam os sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, por meio das relações com o conteúdo sistematizado.
 - B) brinquem de diversas formas, com grupos previamente determinados, em diferentes espaços, estabelecendo um tempo limite para cada atividade, diversificando e teorizando as experiências educativas.
 - C) apropriem-se de conhecimentos e saberes sistematizados, por meio de ações que propiciem o desenvolvimento e a prontidão para as aprendizagens cognitivas, resultando no confinamento dessas aprendizagens.
 - D) aprendam tanto em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a se sentirem provocadas a resolvê-los quanto em situações nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.
37. Os eixos estruturantes ou de sustentação das práticas pedagógicas da educação infantil, expressos na BNCC, são
- A) o afetivo e o cuidar.
 - B) o educar e o ensinar.
 - C) o emocional e a mediação.
 - D) as interações e as brincadeiras.

- 38.** De acordo com a BNCC, se faz necessário imprimir às práticas pedagógicas na Educação Infantil uma intencionalidade educativa, compreendida como intervenções pedagógicas planejadas e implementadas a fim de promover as aprendizagens essenciais e o desenvolvimento integral da criança. Essa intencionalidade educativa para a educação infantil consiste em
- A) construir aprendizagens por meio de signos, símbolos e diferentes linguagens e o desenvolvimento de competências e atitudes de todas as crianças.
 - B) organizar tempos, espaços, materiais, atividades e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças por meio das diversas linguagens.
 - C) organizar tempos, espaços, materiais, atividades e situações que garantam o desenvolvimento das competências e habilidades de todas as crianças por meio de aulas teóricas.
 - D) organizar rodinhas, contar histórias, brincar, reproduzir atividades e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças, procurando desenvolver, prioritariamente, a motricidade.
- 39.** A Constituição Federal promulgada em 1988 garantiu direitos a grupos sociais até então, marginalizados, como as pessoas com deficiência, estabelecendo como um direito de todos, o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, gerando um longo caminho de luta em busca da efetivação da inclusão escolar. Nesse percurso, são muitos os documentos legais que definem e orientam práticas pedagógicas inclusivas. Mais recentemente, foi sancionada a Lei nº 14.254/2021, a qual dispõe sobre
- A) as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
 - B) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
 - C) a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
 - D) o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem.
- 40.** As Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica apresentam um conjunto de características comuns aos programas de formação docente, as quais causam impacto positivo quanto à eficácia das formações continuadas e eficiência na melhoria da prática docente. Considerando essa prerrogativa, os programas de formação continuada devem atender as seguintes características:
- A) foco no conhecimento pedagógico da disciplina; uso de aprendizagens significativas; lógica curricular; criatividade e inovação; uso e produção de tecnologia.
 - B) foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada de formação e coerência sistêmica.
 - C) desenvolvimento pessoal e profissional; produção de conhecimento; trabalho colaborativo entre pares; lógica curricular; capacidade de monitoramento do aprendizado próprio e do aluno.
 - D) uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; lógica curricular; capacidade de monitoramento do aprendizado próprio e do aluno; cursos de curta duração.
- 41.** Alfabetização e letramento são processos relevantes para o aprendizado da língua escrita e o desenvolvimento de crianças. Ao mesmo tempo em que ocorrem a alfabetização e o letramento, há especialmente três tipos de desenvolvimento que se dão em paralelo:
- A) consciência fonológica, desenvolvimento psicológico, conhecimento dos sons.
 - B) consciência fonológica, desenvolvimento psicogenético, conhecimento das letras.
 - C) consciência fonológica, desenvolvimento psicolinguístico, compreensão da natureza silábica.
 - D) consciência fonológica, descoberta de unidades sonoras, distinção entre vogais e consoantes.

42. No contexto atual, considerando os novos paradigmas de educação com vistas ao desenvolvimento integral do sujeito, o processo de alfabetização e letramento é entendido como
- A) apropriação pela criança do sistema de escrita alfabética e das práticas sociais de leitura, escrita e oralidade, acrescida da tecnologia.
 - B) o ensino das habilidades de leitura e escrita em um sistema ortográfico, com base nas ciências cognitivas da leitura e literacia, apontando para a produção de textos.
 - C) codificação e decodificação de um código, relacionando, de modo restrito, os sons da fala às letras do sistema alfabético e o desenvolvimento de regras ortográficas e da consciência fonológica.
 - D) processo de natureza essencialmente indissociável, evidenciando a simultaneidade e a dependência, além do uso social da escrita e da tecnologia.
43. Com relação à alfabetização e ao letramento na educação infantil, é correto afirmar:
- A) A familiaridade com os textos ocorre pelo acesso à leitura e escrita de modo formal e permite que a criança evolua da fase alfabética para a logográfica.
 - B) O contato com o letramento é para inserir a criança em um contexto alfabetizador, instigando-a ao mundo da leitura, mesmo que não saiba ler e escrever ainda.
 - C) Na educação infantil, ensina-se a ler e escrever formalmente, a partir dos 5 anos de idade, oferecendo oportunidades que ajudam as crianças a ingressar nos anos iniciais do ensino fundamental.
 - D) Nessa etapa inicial da educação básica, deve-se explorar a leitura, a escrita e a escuta das crianças por meio de atividades lúdicas, para que elas constroem sua concepção de alfabetização.
44. Ao se observar o desenvolvimento da criança e sua reação frente a situações de conflito, deve-se considerar a forma como a criança integra suas experiências às suas interpretações e representações de mundo. Nesse sentido, alguns aspectos do desenvolvimento socioafetivos podem ser desenvolvidos em atividades que envolvem o jogo e o brincar. Sendo assim, alguns aspectos socioafetivos referenciados são:
- A) empatia, solidariedade, comunicação intrapessoal, inteligência, motricidade fina e ampla.
 - B) empatia, cooperação, comunicação interpessoal, interação social, afetividade, organização.
 - C) estruturação espacial, cooperação, motricidade fina, interação social, percepção visual, organização.
 - D) empatia, cooperação, linguagem, noção espacial, interação social, afetividade, lateralidade, equilíbrio.
45. Segundo Vygotsky, o brincar tem grande influência no desenvolvimento infantil, uma vez que a criança aprende a ser livre para determinar suas próprias ações. Nesse sentido, o autor defende que o brincar
- A) não é determinante nas modificações das estruturas mentais, logo, não transforma a realidade.
 - B) desenvolve a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança, proporcionando o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.
 - C) tem um papel essencial na condução do ensino e na mediação da aprendizagem, com vistas somente ao desenvolvimento das estruturas cognitivas da criança.
 - D) proporciona à criança um agir em relação ao mundo, atuando num nível bem inferior ao que, na verdade, ela se encontra.

46. A mediação tem o objetivo de construir habilidades no sujeito, a fim de promover sua plena autonomia. Deve ser entendida como uma posição humanizadora, positiva, construtiva e potencializadora no complexo mundo da relação educativa. Numa perspectiva vygotskiana, o educador mediador
- A) deixa os alunos aprenderem de forma espontânea, ou seja, não regula as aprendizagens.
 - B) desenvolve sua ação com os princípios da não intencionalidade, do significado e do sentido.
 - C) é um intermediário entre o aluno e o saber, entre o aluno e o meio e entre o aluno e seus colegas de sala de aula.
 - D) amplia o campo de compreensão de uma dada experiência, gerando aprendizagens a partir de um único ponto de vista.
47. Pensar em planejamento requer o estabelecimento de uma programação minuciosa, detalhada, com objetivos predefinidos, sobretudo, com clareza em relação aos saberes que precisam ser socializados. De acordo com o pensamento de Gandin, o ato de planejar
- A) é restrito ao docente, pois exige reflexão e rigidez na ação.
 - B) é complexo, exige disciplina e regula o processo de aprendizagem.
 - C) exige organização, flexibilidade, compreensão e o uso inadequado de conceitos.
 - D) promove o desenvolvimento integral do aluno, sendo uma ferramenta que regula o ensino.
48. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Parecer CNE/CEB nº 20/2009, educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras e construírem sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor
- A) promover a homogeneidade no grupo com segurança, delicadeza e seletividade no trato com as crianças.
 - B) participar, elaborar e organizar roteiros de atividades unificados, demonstrando sensibilidade e delicadeza no trato com as crianças.
 - C) ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças.
 - D) planejar situações de aprendizagem que expressem, prioritariamente, atenção especial às crianças com necessidades especiais e assegurar atividades conforme as necessidades que identificam na turma.
49. Na educação infantil, as práticas pedagógicas devem promover diversas aprendizagens e possibilidades de desenvolvimento que
- A) ampliem a confiança e a participação das crianças apenas nas atividades individuais.
 - B) incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento e o conhecimento dos professores em relação às crianças.
 - C) favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão.
 - D) recriem em contextos significativos, para os docentes, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço-temporal.

- 50.** Na organização pedagógica do trabalho do professor de educação infantil, as atividades de alimentação e a higiene das crianças
- A) podem ser desconsideradas pelos professores, pois não tem relação com as atividades educacionais.
 - B) devem ser acompanhadas por auxiliares, porque são necessários ao rendimento das crianças nas atividades.
 - C) devem ser acompanhadas pelo professor, tanto pelos aspectos educacionais quanto pelos cuidados que elas envolvem.
 - D) são mais importantes do que as atividades de sala de aula, porque, na idade pré-escolar, as crianças precisam de mais cuidados do que de educação.